

CLIPPING IMPRESSO

27/08/2019

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. PROCESSO SELETIVO.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	2 - 4
2.2. PROCESSO SELETIVO.....	5
3. JORNAL EXTRA	
3.1. INSTITUCIONAL.....	6
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	7 - 8
4.2. DECISÕES.....	9
4.3. PROCESSO SELETIVO.....	10 - 11
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. PROCESSO SELETIVO.....	12 - 13
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	14 - 15
6.2. PROCESSO SELETIVO.....	16
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. PROCESSO SELETIVO.....	17 - 18

Inscrições para o concurso do TJ-MA vão até quarta (28)

As inscrições do Concurso de Ingresso de Servidores para o provimento de 63 vagas – distribuídas entre os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Técnico Judiciário – e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão terminam nesta quarta-feira (28), às 14h (horário de Brasília).

Iniciadas no dia 5 de agosto, as inscrições estão sendo feitas, via internet, no site www.concursosfcc.com.br, no valor de R\$ 100 para os cargos de Nível Superior, e R\$ 70 para os cargos que exigem Nível Médio.

O concurso, que está a cargo da Fundação Carlos Chagas (FCC), é regido pelas normas estabelecidas no regulamento do concurso, aprovado pela

Resolução nº 15/2019, publicada em 25 de abril de 2019 no Diário da Justiça Eletrônico, pelo EDT-GP-32019 e pelas legislações aplicáveis.

As provas objetivas e discursivas serão realizadas nas cidades de Caxias, Imperatriz e São Luís, com aplicação para o dia 29/09/2019. Os candidatos considerados habilitados na forma prevista no Edital terão avaliados os títulos.

Todos os questionamentos relacionados ao Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC) da Fundação Carlos Chagas, por meio de Fale Conosco, no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br ou pelo telefone 3003-1771, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília).

Processo eletrônico atinge 100% das comarcas do MA

De acordo com o Tribunal de Justiça, Alto Parnaíba foi a última comarca a ter o sistema instalado; para o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, a modernização do Judiciário é uma das apostas centrais da sua gestão

O Poder Judiciário do Maranhão concretizou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em 107 comarcas instaladas e não-agregadas no Estado. A última comarca a ter o sistema instalado foi a de Alto Parnaíba, atingindo 100% do cronograma de expansão do uso dessa tecnologia, aprovado pela Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que a modernização do Judiciário é uma das apostas centrais da sua gestão, que, segundo ele, vem adotando novas práticas e novos conceitos de qualidade e de eficiência, com a implementação de modernas tecnologias, apelando-se ao seu uso mais intensivo no contexto judiciário, de modo a permitir, entre outros, a padronização e automatização de procedimentos

“Com a consciência de que o uso das novas tecnologias assumem no século XXI especial relevância, o Tribunal de Justiça do Ma-

ranhão investiu bastante nessa área, cumprindo o cronograma de expansão do Processo Judicial Eletrônico, maximizando os benefícios do uso da tecnologia digital e contribuindo para a racionalização dos recursos orçamentários do Poder Judiciário do Maranhão”, frisou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O projeto-piloto de implantação do PJE iniciou em São Luís, no Juizado Especial da Fazenda Pública, em dia 22 de outubro de 2013. Para o coordenador de implantação do PJE, juiz Roberto Abreu, “o dia 22 de agosto de 2019 representa um marco na história da informatização do processo judicial no Poder Judiciário do Maranhão”. Até agora, foram instaladas 240 unidades jurisdicionais da estrutura do 1º Grau, incluídas as oito turmas recursais.

As plataformas das instalações de 1º e 2º Grau do Sistema PJE já atendem a 5.302 usuários internos e 67.743 usuários externos, totalizando 73.045 usuários. Até quinta-feira, 22, a instalação do PJE do 1º

Grau já registrava o número de 831.836 autos digitais.

Segundo dados do Comitê Gestor para Implantação do PGE, a partir do último trimestre do ano de 2017, o número de protocolos de ações, incidentes, cartas precatórias e cartas de ordem em suporte eletrônico (PJe e Projudi) superou o número de protocolos em suporte físico (ThemisPG).

Comarcas

O juiz Roberto Abreu explicou que embora tenha-se alcançado 100% das comarcas, a amplitude da implantação atual corresponde a 86,02% das unidades jurisdicionais, uma vez que até a presente data foram autorizadas para processamento em suporte digital somente as competências de natureza não-criminal”. Dessa forma, resta pendente a implantação do Sistema PJE na jurisdição criminal, o que corresponde a 13,98% das unidades jurisdicionais.

O diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto destacou

que a implantação do processo eletrônico em todas as comarcas mostra o empenho da administração do desembargador Joaquim Figueiredo. “O processo eletrônico é um novo paradigma para o Judiciário, capaz de auxiliar na busca por um processo mais célere, ao tempo em que permite reavaliar e otimizar toda a estrutura e organização das unidades judiciais”, acrescentou.

Com a implantação do PJE na comarca de Alto Parnaíba, o TJMA cumpre a meta firmada com base em um dos eixos do plano de informatização do processo judicial no Poder Judiciário do Maranhão. Os próximos desafios dizem respeito ao segundo eixo do plano de informatização que é a unificação dos sistemas de processamento e representação eletrônica dos processos judiciais. ●

Divulgação



Desembargador Joaquim Figueiredo destaca o investimento pelo TJMA



Processo Eletrônico

O Poder Judiciário do Maranhão concretizou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em 107 comarcas instaladas e não-agregadas no Estado.

A última comarca a ter o sistema instalado foi a de Alto Parnaíba, atingindo 100% do cronograma de expansão do uso dessa tecnologia.

Para o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, a modernização do Judiciário é uma das apostas centrais da sua gestão, que vem adotando novas práticas e novos conceitos de qualidade e de eficiência.



Concurso do TJMA

Tomem nota: terminam amanhã as inscrições do Concurso de Ingresso de Servidores para o provimento de 63 vagas – distribuídas entre os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Técnico Judiciário – e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Maranhão, que estão sendo feitas, via internet, no site www.concursosfcc.com.br.

O concurso está a cargo da Fundação Carlos Chagas (FCC) e os exames serão realizados no dia 29 de setembro.

SÃO LUÍS

Membros do MPMA participam de ato contra o PL de Abuso de Autoridade

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou na manhã desta sexta-feira, 23, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, de um ato público em protesto contra a aprovação do projeto de lei de Abuso de Autoridade (PL nº 7.596/2017), organizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público no Maranhão (Frentas/MA).

A manifestação reuniu membros do MPMA, do Poder Judiciário, das Polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal do Maranhão e de entidades comunitárias.

Portando faixas e cartazes, os manifestantes defenderam o veto pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, do projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 14 de agosto.

O presidente da Associação do Ministério Público no Maranhão (Ampem), Tarcísio de Sousa Bonfim, declarou que o objetivo do ato foi chamar a sociedade a refletir sobre os prejuízos para a atuação das instituições que combatem a criminalidade. “Nenhuma destas instituições é a favor de qualquer tipo de abuso, ao contrário. O trabalho do Ministério Público visa é combater tais posturas. Mas da maneira como foi trabalhado, o PL 7.596 pode ocasionar insegurança jurídica e a punição dos agentes do Estado responsáveis por combater a corrupção, a criminalidade e a violência”, destacou.

Para Luiz Gonzaga Martins



MANIFESTANTES PROTESTARAM CONTRA O PL DE ABUSO DE AUTORIDADE

Coelho, que também defendeu o veto ao PL, o projeto representa grandes riscos para o livre exercício do Ministério Público, Judiciário, polícias e órgãos de controle. “O projeto traz tipos penais extremamente vagos, imprecisos e subjetivos, que podem abrir margem para investigações temerárias contra esses agentes políticos. Por isso, queremos conclamar a sociedade para esta reflexão”.

O procurador-geral de justiça acrescentou que é a favor do controle das instituições. “O Ministério Público e os demais integrantes do sistema de justiça não estão acima da lei. Mas não podemos admitir uma proposta que quer intimidar as instituições e enfraquecer o combate à corrupção e à impunidade no

país”, ponderou.

AUTORIDADES PRESENTES
- Entre os membros da administração superior do Ministério Público do Maranhão, estiveram presentes no ato público os procuradores de justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (corregedor-geral do MPMA), Mariléa Campos dos Santos Costa (subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos), Carlos Avelar Silva (que representou o Colégio de Procuradores). A procuradora de justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho também participou do ato. O diretor das Promotorias de Justiça da Capital, Paulo Avelar, representou os promotores de justiça do MPMA.

Também se manifestaram para protestar contra o PL nº

7.596/2017

o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Ângelo Alencar dos Santos; o secretário-adjunto de Segurança Pública, Saulo Everton; o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Maranhão, Carlos Eduardo Evangelista; o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão, Elton John Neves; o presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Maranhão, Inspetor Wolff; e o representante do Sindicato dos Policiais Federais do Maranhão, José Ribamar Freire;

Em nome da sociedade civil, se manifestou a presidente da Federação das Uniãos de Moradores do Estado do Maranhão, Aldécio Ribeiro.

Renegociação de dívidas



A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) está com estande de negociação no VII Balcão de Renegociação de Dívidas, que acontece a partir de ontem (26) até a próxima sexta-feira (30), no Rio Anil Shopping, em São Luís. O evento é organizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, com atendimentos das 10h às 22h. Durante os dias de realização do Balcão, os clientes da Caema em situação de inadimplência poderão recorrer a um dos guichês da companhia para negociar débitos com condições especiais de parcelamentos, além da redução de até 100% de multas e juros. A negociação deve ser feita pelo titular da conta em débito ou pelo responsável legal, munido de procuração que comprove tal condição.

CONCILIAÇÃO

Judiciário abre Balcão de Renegociação de Dívidas no Rio Anil Shopping

Cidadãos podem negociar débitos com empresas e instituições, até esta sexta-feira (30), durante o “VII Balcão de Renegociação de Dívidas”, no Rio Anil Shopping. O evento – aberto nesta segunda-feira (26) – é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, com atendimento das 10h às 18h, no subsolo do estabelecimento comercial.

A ação integra o projeto ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consen-

suais de Solução de Conflitos do TJMA (Nupemec), visando possibilitar o encontro de consumidores em situação de inadimplência com entidades credoras, facilitando o diálogo e a renegociação de dívidas.

Na abertura do evento, o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, ratificou o compromisso assumido pela Justiça maranhense em priorizar projetos voltados para os cidadãos, dentre eles, os desenvolvidos pelo Núcleo de Solução de Conflitos, que

incentivam o diálogo e a paz social.

“O Poder Judiciário do Maranhão está enfrentando, com sucesso, os desafios sociais que lhe são apresentados. Por meio desse projeto, o Núcleo de Solução de Conflitos da Justiça tem tentado amenizar a atual situação financeira da nossa sociedade altamente endividada. É um momento bastante gratificante para todos nós”, pontuou o desembargador, parabenizando toda a equipe do Nupemec, pelo projeto.

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, por sua vez, ressaltou o alcance social do projeto ao possibilitar que cidadãos resolvam suas pendências financeiras de forma rápida e simples, negociando diretamente com empresas e instituições.

“Nós, da Justiça, temos a convicção de que é preciso buscarmos as vias alternativas de solução de conflitos, tendo em vista o cenário de crise econômica vivenciado no país.

DANOS MORAIS

Empresa de energia é condenada a indenizar parentes de vítimas eletrocutadas

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenou a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) a pagar indenização a uma mãe e duas filhas, em razão da morte de dois parentes das três: um deles era pai das garotas e cônjuge da mãe delas; o outro era filho do casal e irmão das garotas. As vítimas – pai, à época com 32 anos de idade, e filho, com 10 anos – morreram em decorrência de descargas elétricas provocadas por fio de alta-tensão caído e submerso em poça d'água, na região do município de Caxias.

Os valores fixados para as indenizações foram de R\$ 150 mil, por danos morais, a serem rateados para cada parte, e de R\$ 6 mil, pelos danos materiais para custeio com funeral. De ofício, por se tratar de questão

de ordem pública, o relator, desembargador Jaime Ferreira de Araujo, determinou que a contagem da correção monetária do valor da indenização do dano moral incida desde a data do julgamento na Câmara, e os juros de mora, a partir da citação. No que se refere aos danos materiais, ele determinou que a correção monetária e os juros moratórios incidam a partir do evento danoso.

A mãe e as duas filhas, representadas pela primeira, ajuizaram ação na Justiça de 1º grau, alegando, em síntese, o nexo de causalidade, uma vez que as mortes foram ocasionadas pela negligência da empresa, já que chuva é um evento rotineiro, e não houve sequer uma única foto de árvore caída no local, sendo que o motivo foi a falta de manutenção.

A sentença do Juízo da 1ª

Vara da Comarca de Caxias julgou procedentes os pedidos de mãe e filhas, para condenar a Cemar a pagar, à requerente e representadas, indenização por danos morais no valor de R\$ 150 mil, rateados para cada parte, com correção monetária e juros. Condenou a empresa a pagar pensão mensal no valor de 1 e ½ salário mínimo nacional à mãe e às filhas, também de forma rateada, desde o dia do óbito do cônjuge da primeira e pai das representadas, até a idade em que a vítima completaria 70 anos.

Ainda como parte da sentença de 1º grau, a Cemar foi condenada a pagar pensão mensal à requerente, no valor de um salário mínimo nacional, desde o dia do óbito do garoto, até a idade em que a vítima completaria 70 anos. Por fim, condenou a empresa ao paga-

mento de danos materiais R\$ 6 mil, valor este referente ao gasto com funerária, além das custas e honorários advocatícios.

A Cemar apelou ao TJMA, alegando que não teve a chance de evitar o sinistro, na medida em que não houve tempo hábil para se reconhecer a ruptura da fiação e fazer o reparo antes da ocorrência do óbito.

VOTO – O desembargador Jaime Ferreira de Araujo destacou normas da Constituição Federal e do Código de Defesa do Consumidor, segundo os quais, responde de forma objetiva o fornecedor de serviços pelos vícios de qualidade. O artigo 14 do CDC diz que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.

Inscrições para o concurso do TJMA vão até quarta (28), às 14h

As inscrições do Concurso de Ingresso de Servidores para o provimento de 63 vagas – distribuídas entre os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Técnico Judiciário – e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão terminam nesta quarta-feira (28), às 14h (horário de Brasília).



CONCURSO

Inscrições para o concurso do TJMA vão até quarta (28), às 14h

As inscrições do Concurso de Ingresso de Servidores para o provimento de 63 vagas – distribuídas entre os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Técnico Judiciário – e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão terminam nesta quarta-feira (28), às 14h (horário de Brasília).

Iniciadas no dia 5 de agosto, as inscrições estão sendo feitas, via internet, no site www.concursosfcc.com.br, no valor de R\$ 100,00 para os cargos de Nível Superior, e R\$ 70,00 para os cargos que exigem Nível Médio.



O concurso, que está a cargo da Fundação Carlos Chagas (FCC), é regido pelas normas estabelecidas no regulamento do concurso, aprovado pela Resolução nº

15/2019, publicada em 25 de abril de 2019 no Diário da Justiça Eletrônico, pelo EDT-GP-32019 e pelas legislações aplicáveis.

As provas objetivas e dis-

cursivas serão realizadas nas cidades de Caxias, Imperatriz e São Luís, com aplicação para o dia 29/09/2019. Os candidatos considerados habilitados na forma prevista no Edital terão avaliados os títulos.

Todos os questionamentos relacionados ao Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC) da Fundação Carlos Chagas, por meio de Fale Conosco, no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br ou pelo telefone 3003-1771, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília).

**Inscrições para
o concurso do
Tribunal de justiça
só até amanhã**

PÁGINA 10

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Inscrições de concurso só até quarta-feira

As inscrições para o concurso do Tribunal de Justiça do Maranhão estão sendo feitas via internet, no valor de R\$ 100 para os cargos de nível superior, e R\$ 70 para nível médio

FOTO: DIVULGAÇÃO

As inscrições do Concurso de Ingresso de Servidores para o provimento de 63 vagas – distribuídas entre os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Técnico Judiciário – e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão terminam amanhã, quarta-feira (28), às 14h (horário de Brasília).

Iniciadas no dia 5 de agosto deste ano, as inscrições estão sendo feitas, via internet, no site www.concursosfcc.com.br, no valor de R\$ 100 para os cargos de Nível Superior, e R\$ 70 para os cargos que exigem nível médio.

O concurso, que está a cargo da Fundação Carlos Chagas (FCC), é regido pelas normas estabelecidas no regulamento do concurso, aprovado pela Resolução nº 15/2019, publicada em 25 de abril de 2019 no Diário da Justiça Eletrônico, pelo EDT-GP-32019 e pelas legislações aplicáveis.

As provas objetivas e discursivas serão realizadas nas cidades de Caxias, Imperatriz e São Luís, com aplicação para o dia 29/09/2019. Os candidatos considerados habilitados na forma prevista no Edital terão avaliados os títulos. Todos os questionamentos relacionados ao Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC) da Fundação Carlos Chagas, por meio de Fale Conosco, no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br ou pelo telefone 3003-1771, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília).



VAGAS DO CONCURSO DO TJMA SÃO PARA PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

Vagas e salários

Há 63 oportunidades nos cargos/especialidades de: Analista Judiciário – Analista de Sistemas/ Desenvolvimento (4), Analista Judiciário – Analista de Sistemas/ Suporte e Rede (2), Analista Judiciário – Engenheiro Mecânico (1), Analista Judiciário – Direito (15), Analista Judiciário – Assistente Social (1), Analista Judiciário – Psicólogo (1), Analista Judiciário – Psiquiatra (1), Oficial de Justiça (15), Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo (20), Técnico Judiciário –

Técnico em Informática – Hardware (1), Técnico Judiciário – Técnico em Contabilidade (1), Técnico Judiciário – Técnico em Edificações (1), Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Software.

Em todos os casos os profissionais de nível médio, técnico e superior vão atuar em jornadas de seis horas diárias.

Eles farão jus à remuneração variável de R\$ 3.927,72 a R\$ 8.230,35, acrescido de Auxílio-Alimentação no valor de R\$ 885.

Processo eletrônico atinge 100% das comarcas do Maranhão

Ribamar Pinheiro



Presidente Joaquim Figueiredo afirmou que a modernização do Judiciário é uma das apostas centrais da sua gestão

O Poder Judiciário do Maranhão concretizou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em 107 comarcas instaladas e não-agregadas no Estado. A última comarca a ter o sistema instalado foi a de Alto Parnaíba, atingindo 100% do cronograma de expansão do uso dessa tecnologia, aprovado pela Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O presidente do TJMA,

desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que a modernização do Judiciário é uma das apostas centrais da sua gestão, que, segundo ele, vem adotando novas práticas e novos conceitos de qualidade e de eficiência, com a implementação de modernas tecnologias, apelando-se ao seu uso mais intensivo no contexto judiciário, de modo a permitir, entre outros, a padronização e automatização

de procedimentos

"Com a consciência de que o uso das novas tecnologias assumem no Século XXI especial relevância, o Tribunal de Justiça do Maranhão investiu bastante nessa área, cumprindo o cronograma de expansão do Processo Judicial Eletrônico, maximizando os benefícios do uso da tecnologia digital e contribuindo para a racionalização dos recursos orçamentários do Poder Judiciário do Maranhão", frisou o desembargado Joaquim Figueiredo.

O projeto-piloto de implantação do PJE iniciou em São Luís, no Juizado Especial da Fazenda Pública, em dia 22 de outubro de 2013. Para o coordenador de implantação do PJE, juiz Roberto Abreu, "o dia 22 de agosto de 2019 representa um marco na história da informatização do processo judicial no Poder Judiciário do Maranhão". Até agora, foram instaladas 240 unidades jurisdicionais da estrutura do 1º Grau, incluídas as oito turmas recursais.

As plataformas das instalações de 1º e 2º Graus do Sistema PJE já atendem a 5.302 usuários internos e 67.743 usuários externos, totalizando 73.045 usuários. Até essa

quinta-feira (22), a instalação do PJE do 1º Grau já registrava o número de 831.836 autos digitais.

Segundo dados do Comitê Gestor para Implantação do PGE, a partir do último trimestre do ano de 2017, o número de protocolos de ações, incidentes, cartas precatórias e cartas de ordem em suporte eletrônico (PJe e Projudi) superou o número de protocolos em suporte físico (ThemisPG).

O juiz Roberto Abreu explicou que "embora tenha-se alcançado 100% das comarcas, a amplitude da implantação atual corresponde a 86,02% das unidades jurisdicionais, uma vez que até a

presente data foram autorizadas para processamento em suporte digital somente as competências de natureza não-criminal". Dessa forma, resta pendente a implantação do Sistema PJE na jurisdição criminal, o que corresponde a 13,98% das unidades jurisdicionais.

O diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto destacou que a implantação do processo eletrônico em todas as comarcas mostra o empenho da administração do desembargador Joaquim Figueiredo. "O processo eletrônico é um novo paradigma para o Judiciário, capaz de auxiliar na busca por um processo mais

célere, ao tempo

em que permite reavaliar e otimizar toda a estrutura e organização das unidades judiciais", acrescentou.

Com a implantação do PJE na comarca de Alto Parnaíba, o TJMA cumpre a meta firmada com base em um dos eixos do plano de informatização do processo judicial no Poder Judiciário do Maranhão. Os próximos desafios dizem respeito ao segundo eixo do plano de informatização que é a unificação dos sistemas de processamento e representação eletrônica dos processos judiciais. *(Asscom TJMA)*

Inscrições para o concurso do TJMA vão até quarta-feira

As inscrições do Concurso de Ingresso de Servidores para o provimento de 63 vagas - distribuídas entre os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Técnico Judiciário - e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão terminam nesta quarta-feira (28), às 14h (horário de Brasília).

Iniciadas no dia 5 de agosto, as inscrições estão sendo feitas, via internet, no site www.concursosfcc.com.br, no valor de R\$ 100,00 para os cargos de Nível Superior, e R\$ 70,00 para os cargos que exigem Nível Médio.

O concurso, que está a cargo da Fundação Carlos Chagas (FCC), é regido pelas normas estabelecidas no regulamento do concurso,

aprovado pela Resolução nº 15/2019, publicada em 25 de abril de 2019 no Diário da Justiça Eletrônico, pelo EDT-GP-32019 e pelas legislações aplicáveis.

As provas objetivas e discursivas serão realizadas nas cidades de Caxias, Imperatriz e São Luís, com aplicação para o dia 29/09/2019. Os candidatos considerados habilitados na forma prevista no Edital terão avaliados os títulos.

Todos os questionamentos relacionados ao Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC) da Fundação Carlos Chagas, por meio de Fale Conosco, no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br ou pelo telefone 3003-1771, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília).

**Inscrições para
o concurso
do TJMA
encerram-se
na 4ª-feira**

PÁG. 2 (C1)

Concurso

Inscrições para o concurso do TJMA encerram-se quarta-feira

As inscrições do Concurso de Ingresso de Servidores para o provimento de 63 vagas – distribuídas entre os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Técnico Judiciário – e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão terminam nesta quarta-feira (28), às 14h (horário de Brasília).

Iniciadas 5 de agosto, as inscrições estão sendo feitas, via internet, no

site www.concursosfcc.com.br, no valor de R\$ 100,00 para os cargos de Nível Superior, e R\$ 70,00 para os cargos que exigem Nível Médio.

O concurso, que está a cargo da Fundação Carlos Chagas (FCC), é regido pelas normas estabelecidas no regulamento do concurso. As provas objetivas e discursivas serão realizadas em Caxias, Imperatriz e São Luís, com aplicação para o dia 29/09/2019. Os candidatos considerados

habilitados na forma prevista no Edital terão avaliados os títulos. Todos os questionamentos relacionados ao Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC) da Fundação Carlos Chagas, por meio de Fale Conosco, no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br ou pelo telefone 3003-1771, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16h (horário de Brasília).